



Palestra com Ermínia Maricato abre evento sobre 20 anos do Estatuto da Cidade

O Ministério Público de Santa Catarinaiana (MPSC), em parceria com a Escola do MP e o Ministério Público de Contas de Santa Catarina (MPC-SC), iniciou na manhã desta terça-feira (6/7) o evento "20 anos do Estatuto da Cidade". O primeiro dia contou com uma palestra da Professora Dra. Ermínia Maricato sobre os avanços e desafios do Estatuto da Cidade (EC) (Lei n. 10.257) desde sua publicação, em 10 de junho de 2001.

Ermínia Maricato é professora titular aposentada da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, foi Secretária Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Município de São Paulo e formulou a proposta de criação do Ministério das Cidades, do qual foi Ministra-Adjunta.

A palestrante ressaltou a importância de discutir o arcabouço legal em torno da urbanização e da propriedade, mas afirmou que é preciso se voltar para a realidade urbana brasileira. Maricato apresentou um panorama histórico sobre a legislação, além de uma análise com o cruzamento de dados demográficos, econômicos e sociais.

Entre os desafios que o tema do Estatuto da Cidade apresenta, a professora destacou a tradição urbanística e jurídica que engloba a "realidade ignorada, cultura livresca, retórica longe da prática, leis detalhistas convivendo com radical 'flexibilidade' e 'zelo' excessivo apenas nos gabinetes. É preciso reconhecer que a informalidade, e eu diria ilegalidade, é mais regra que exceção".

Maricato citou exemplos, ainda, de leis que "pegam ou não pegam", como o Estatuto da Terra. "Na Constituição Federal e no Estatuto da Cidade, o direito à moradia é absoluto, mas o direito à propriedade é relativo. Determinações sociais políticas são mais fortes do que norma jurídica. Plano diretor é lei. Implementação é gestão. A questão é política", analisou.

A transdisciplinaridade foi apontada pela palestrante como uma das saídas para esses desafios. "O que fazer?

É preciso ampliar o conhecimento da realidade; dentro da universidade, investir em extensão universitária; implementar a transversalidade do conhecimento sobre a produção e a ocupação do espaço; implementar a cooperação entre saberes, atribuições e competências", afirmou Maricato.

Depois da palestra, o arquiteto e urbanista Edson Luis Cattoni participou como debatedor junto à Coordenadora do Centro de Apoio do Meio Ambiente (CME) do MPSC, Promotora de Justiça Luciana Cardoso Pilati Polli. O evento foi mediado pela Promotora de Justiça Regional do Meio Ambiente de Joaçaba, Márcia Denise Kandler Bittencourt Massaro.

O evento virtual tem como objetivo debater os avanços e os desafios do Estatuto da Cidade em seus 20 anos de vigência, com foco na implementação e na efetivação dos planos diretores pelos municípios.

Importância de falar sobre o tema

A abertura do evento contou com a participação da Coordenadora do CME, Promotora de Justiça Luciana Cardoso Pilati Polli, do Promotor de Justiça da 32ª PJ da Capital e Diretor da Escola do MP, Paulo Antonio Locatelli, da Procuradora-Geral do MPC-SC, Cibelly Farias, e do Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais do MPSC, Alexandre Estefani.

A Coordenadora do CME iniciou o evento lembrando que "o Brasil tem o compromisso de buscar garantir o acesso de todos a moradia digna, adequada, a preço acessível, com serviços básicos, urbanização dos assentos precários e com especial atenção para grupos em situação de vulnerabilidade".

Em seguida, o Promotor de Justiça e Diretor da Escola do MP, Paulo Antonio Locatelli, reforçou a importância de discutir o EC e analisar se houve avanços. "O estatuto, para muitos, é uma lei meramente simbólica, com conceitos amórficos. Ao dar uma volta pela cidade, notamos a falta de sua aplicação. É visível o distanciamento da lei e da realidade. Então, estamos sempre no aguardo dos 'anjos



bons da nossa natureza', que incorporem os princípios e diretrizes, colocando-os em prática", explicou.

Para a Procuradora-Geral do MPC-SC, Cibelly Farias, uma das organizadoras do evento, "houve alguns avanços nesses anos, mas ainda existe muito a ser feito no âmbito dos Ministérios Públicos, dos Tribunais de Contas, sobretudo se nós considerarmos que, para que o planejamento urbano saia efetivamente do papel, precisa se materializar, necessariamente, em obras e serviços públicos para a população. Esse é um dos grandes desafios que eu vejo para a atuação dos Tribunais de Contas, futuramente, para a efetivação real do Estatuto da Cidade".

"Sem dúvida nenhuma, estamos diante de um desafio; buscar esse uso da propriedade urbana, cada vez mais, em nome do bem-estar coletivo, que eu acho que é o grande desafio de todos. Dividir os ônus dessa urbanização, do avanço das cidades, os ônus e os benefícios desse processo de urbanização, da função social da propriedade, da universalização, dos direitos da moradia", destacou o Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais, Alexandre Estefani, concluindo a abertura do evento.

[- Assista ao evento na íntegra no MP Reprise](#) (requer cadastro no CEAF/MPSC)

Fonte: COMSO/MPSC

Confira a programação dos próximos dias

As palestras seguem até quinta-feira. Amanhã (quarta-feira), o tema será "Política urbana e segregação socioespacial: perspectivas para as cidades no pós-pandemia e missão institucional do Ministério Público à luz do Estatuto da Cidade", com o Professor Dr. Edesio Fernandes, jurista e urbanista, mestre e doutor em Direito, professor e consultor internacional, membro da DPU Associates, na Inglaterra, e do Lincoln Institute of Land Policy, nos EUA.

20 Anos do Estatuto da Cidade

6, 7 e 8 de julho
Transmissão ao vivo pelo Teams

7/7 - 9h30min

Política Urbana e Segregação Socioespacial

Perspectivas para as Cidades no Pós-Pandemia e Missão Institucional do Ministério Público à Luz do Estatuto da Cidade

Palestrante: **Edesio Fernandes (DPU Associates na Inglaterra e Lincoln Institute of Land Policy nos EUA)**

Realização: **MPSC**, **CME**, **CEAF**, **MPC**, **MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS**, **Escola do Ministério Público**

20 Anos do Estatuto da Cidade

6, 7 e 8 de julho
Transmissão ao vivo pelo Teams

8/7 - 9h30min

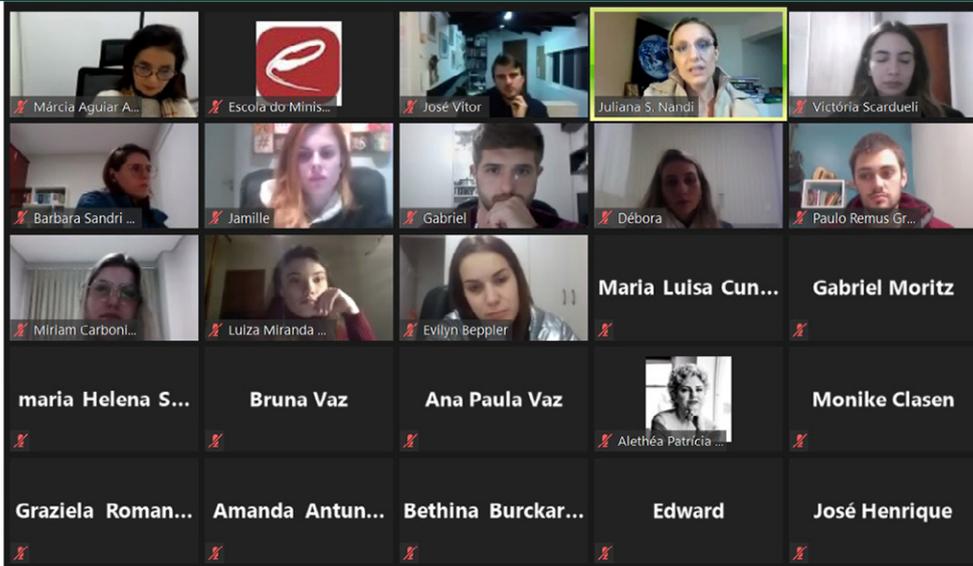
Plano Diretor e Orçamento

Palestrante: **Samuel Ricardo Silva Gomes, Procurador Especial do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro/RJ**

Mediador: **Leonardo Todeschini**, Promotor de Justiça Regional do Meio Ambiente de Blumenau/SC

Debateadores: **Cibelly Farias**, Procuradora-Geral do MPC/Contas/SC; **Adalberto**, Promotor de Justiça Regional do Meio Ambiente de Rio de Janeiro/SC; **Rafael Tachini de Melo**, Chefe de Gabinete/CEAF/SC

Realização: **MPSC**, **CME**, **CEAF**, **MPC**, **MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS**, **Escola do Ministério Público**



Parabéns, Turma 2020/1
pela conclusão das aulas do **Curso de Pós-Graduação em Direito Penal e Processual Penal**



**Escola do
Ministério Público**

www.escoladomp.org.br

Turma 2020/1 conclui atividades letivas da Pós-Graduação em Direito Penal e Processual Penal

Os alunos da turma ingressante no semestre 2020/1 tiveram no dia 30 de junho a última aula do Curso de Pós-Graduação em Direito Penal e Processual Penal, iniciando agora o prazo para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso. A Promotora de Justiça Márcia Aguiar Arend ministrou a disciplina de Princípios Constitucionais do Direito Penal.

As atividades da turma iniciariam de forma presencial em 4 de abril de 2020, mas as aulas acabaram suspensas em razão da pandemia da COVID-19. No dia 22 daquele mês elas reiniciaram de forma on-line, inaugurando a modalidade nos cursos de Pós-Graduação da Escola do MP. O desafio adicional da impossibilidade da realização de atividades presenciais, não desanimou os estudantes.

“Esse ano de aprendizagem on-line cursando o curso preparatório para a carreira do Ministério Público na Escola do MP foi essencial para conseguir, em meio de uma pandemia e em face das dificuldades dela

advindas, continuar os estudos com a disposição, com a qualidade e com o ritmo necessários para os concursos que estão por vir. Além de todo o apoio administrativo e institucional sobre as novas tecnologias e os novos desafios pedagógicos, a Escola do MP conta com professores altamente qualificados, que dão aulas muito completas e participativas, fazendo a distância do “online” parecer diminuta através da didática empregada. Bem assim, a instituição nos presenteou nesse último ano com excelentes palestras com grandes nomes e inspirações na carreira do Ministério Público em nível nacional, como Rogério Sanches Cunha e Antonio Suxberger”, nos conta a aluna Luiza Miranda Heinisch.

A solenidade de encerramento da turma está confirmada para o dia 28/07, às 19h, e também será realizada pela primeira vez de forma on-line. A transmissão será ao vivo pelo canal do [Youtube da Escola do MP](#).

Catálogo de
**Obras Jurídicas
MPSC**

Acesse a versão atualizada do Catálogo de Obras Jurídicas do MPSC

Mantendo o compromisso de atualizar constantemente a relação de livros, a Escola do MP realizou a primeira atualização do Catálogo de Obras Jurídicas do MPSC, com a inclusão de duas novas obras.

O catálogo contempla, até o momento, obras lançadas durante os anos de 2020 e 2021 com autoria ou coautoria de membros do MPSC e será atualizado constantemente para contemplar novos lançamentos.

Na eventual omissão, ou lançamento de novo livro, o autor ou coautor pode enviar as informações referentes à obra através do e-mail suporte@acmp.org.br para que ela seja incluída no catálogo.

[- Acesse o Catálogo de Obras Jurídicas do MPSC 2020-2021](#)

Siga a Escola nas Redes Sociais



Instagram
[@escoladomp_sc](https://www.instagram.com/escoladomp_sc)



Youtube
[youtube.com/escoladompssc](https://www.youtube.com/escoladompssc)

Matrículas para a turma 2021/2 serão abertas nos próximos dias

A Escola do Ministério Público irá abrir nos próximos dias para matrículas no Curso de Pós-Graduação em Nível de Especialização em Direito Penal e Processual Penal - Turma 2021/2 na

modalidade on-line.

O Edital, que já está na fase final de preparação, será lançado ainda no mês de julho e divulgado no site da Escola e em nossas redes sociais. Aguarde!

Expediente

Marcelo Gomes Silva
Presidente da ACMP

Paulo Antônio Locatelli
Diretor da Escola do MP

Jornalistas Responsáveis:
Alexandre Lunelli e Juliana Germann